



CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÕES ANTROPOCÊNTRICA, IDEOLÓGICA E SIMBÓLICA

Lídia Batista Leite de Jesus¹

Leonardo Leite de Jesus²

RESUMO

Os espaços escolares devem priorizar a construção de uma cultura escolar que incorpore a sustentabilidade em todos os seus componentes, abarcando a gestão pedagógica institucional, processos de ensino e aprendizagem, articulação curricular com conteúdo voltado para sustentabilidade, gestão ambiental escolar, projetos em sala de aula, vínculo com qualquer comunidade educacional e articulação com atores externos à instituição. Diante desse cenário, o presente artigo tem a meta de discorrer sobre educação ambiental a partir de concepções antropocêntricas, ideológicas e simbólicas. Espera-se que este estudo possa contribuir para os estudos voltados à educação, tendo como uma das principais preocupações a educação ambiental em seara formativa básica.

Palavras-chave: Escola; Educação Ambiental; Sustentabilidade; Formação Básica.

RESUMEN

Los espacios escolares deben priorizar la construcción de una cultura escolar que incorpore la sostenibilidad en todos sus componentes, incluyendo la gestión pedagógica institucional, los procesos de enseñanza y aprendizaje, la articulación curricular con contenidos enfocados en la sostenibilidad, la gestión ambiental escolar, los proyectos de aula, la vinculación con cualquier comunidad educativa y la articulación con actores externos a la institución. Ante este escenario, este artículo pretende discutir la educación ambiental basada en concepciones antropocéntricas, ideológicas y simbólicas. Se espera que este estudio pueda contribuir a estudios centrados en la educación, teniendo como una de las principales preocupaciones la educación ambiental en la formación básica.

Palabras clave: Escuela; Educación Ambiental; Sostenibilidad; Formación básica.

ABSTRACT

School spaces should prioritize the construction of a school culture that incorporates sustainability in all its components, including institutional pedagogical management, teaching and learning processes, curricular articulation with content focused on sustainability, school environmental management, classroom projects, bonding with any educational community and articulation with actors outside the institution. In view of this scenario, this article aims to discuss environmental education based on anthropocentric, ideological and symbolic conceptions. It is expected that this study can contribute to studies focused on education, having as one of the main concerns environmental education in basic training.

Keywords: School; Environmental Education; Sustainability; Basic Training.

¹ Especialista em Ciências Sociais com ênfase em História, Geografia e Meio Ambiente e Mestre em Ciências da Educação – UDS/PY e Professora na EEEFM Ricardo Cantanhede – SEDUC/RO.

² Especialista em Educação Física Escolar, Mestre em Ciências da Educação – UDS/PY e Professor na EEEFM Ricardo Cantanhede – SEDUC/RO



INTRODUÇÃO

Com as mudanças climáticas, importante que todas as entidades, incluindo a escola, promovam a compreensão dos problemas ambientais que tem envolvido o mundo atual para a tomada de decisão para a responsabilidade individual e coletiva para um exercício de uma cidadania responsável. Trabalhar a educação para o desenvolvimento sustentável, precisa-se iniciar nos anos iniciais, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da escolarização.

As discussões envolvendo a questão ambiental é o foco por todo mundo. Os organismos internacionais têm buscado alternativas de como desenvolver e ao mesmo preservar o meio ambiente, com disponibilidade dos recursos naturais para as próximas gerações.

Nesse sentido, a luz dos teóricos busca-se compreender a problemática ambiental, bem como evidenciar no ser humano a preocupação para as causas ambientais, somente cresceu a partir da metade do século XX.

Para abordar o eixo referente às discussões sobre Educação Ambiental em seara escolar, iniciamos a partir da premissa da existência de um discurso educacional global/internacional que afeta e influencia a tomada de decisão em termos de política educacional em nível local.

Nesse sentido, é primal interpretar como os complexos processos de transferência educacional operam a partir do nível global quando localizados nas instituições escolares espalhadas pelo interior do Brasil. Para isso, o contexto local é levado em conta como ocorre a realização cruzada pelas especificidades culturais de cada região (STEINER-KHAMSI, 2000).

O discurso educacional global contém seu próprio quadro discursivo que, quando transferido para um contexto específico, oferece soluções educacionais e propostas que limitam o que se pode dizer do não dito, o impensável e o praticável do não-viável.

No entanto, quando o discurso educacional global se move para um determinado sistema educacional, há também forças de oposição, resistência e adaptação. Ele encontra outros discursos locais disponíveis, não apenas um, mas vários que às vezes são muito diferentes um do outro.



Portanto, este estudo bibliográfico tem a meta de discorrer sobre educação ambiental a partir de concepções antropocêntricas, ideológicas e simbólicas. Para tanto, estrutura-se sob o aprofundamento das seções *Caminhos para a educação ambiental*; *Linhas de pensamento da educação ambiental*; *Concepção antropocêntrica*; *Construção ideológica e simbólica*; e *Etapas da educação ambiental*.

CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A globalização é um conceito estruturante do mundo contemporâneo, que expressa uma fase de um processo que foi configurado e reestruturado em torno da ocidentalização do mundo sob um modelo de desenvolvimento hegemônico-productivista baseado na lógica do capitalismo.

Em nossa contemporaneidade expressa-se sob o domínio dos fluxos de capital, informação, comunicações, por atores sociais que se apropriam desses fluxos, como empresas transnacionais e organizações multilaterais de crédito e a perda da soberania dos Estados-nação, que levaram à insustentabilidade desse modelo refletindo uma crise ecológica, social, econômico e político, no final da crise ambiental.

Sobre isso, Tozi e Guedes (2018) citam que:

A transformação da natureza no mundo globalizado tem sido tão intensa que nenhuma ciência consegue explicar tais transformações de maneira simples. O ambiente foi transformado e impactado pelas atividades antrópicas, tendo como resultado a deterioração do ambiente. Diante deste quadro surgiram os movimentos ecológicos, exigindo sustentabilidade ambiental (TOZI; GUEDES, 2018, p. 197).

Assim, na globalização não há regras ou escrúpulos, nenhuma fronteira é reconhecida para capital ou commodities (sim, é claro, para as pessoas); apenas o impulso para o lucro e a lei dos mais fortes. Os únicos paraísos possíveis são paraísos fiscais. Pensar em formar uma consciência ambiental ou uma cultura de sustentabilidade nesse cenário, com educação ou com outros instrumentos sociais é, pelo menos, um desafio avassalador" (MEIRA, 2006, p. 111).



A partir dessa concepção sobre o momento contemporâneo atual, pretende-se que abordar os discursos que fundamentam professores de geografia em torno da promoção de propósitos de formação da Educação Ambiental.

LINHAS DE PENSAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental a partir de sua concepção histórica gerou linhas de pensamento que surgem em torno de discursos sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável que estão ligados principalmente às declarações mecanizadas de organismos internacionais, como as *Nações Unidas das Conferências, Cúpulas e Programas*, que têm seu eixo fundador na segunda metade do século XX, principalmente.

Em escala global, na segunda metade do século XX, no contexto do mundo bipolar, os discursos começam a ser elaborados em torno da deterioração do planeta e da necessidade de substituir a centralidade dominante do homem (tradição antropocêntrica) com a da vida (alternativas biocêntricas ou ecocêntricas) adotando estilos de desenvolvimento ecologicamente sustentáveis e socialmente equitativos (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 150).

A partir dessa interpelação do discurso antropocêntrico dominante é que as Nações Unidas começam a ecoá-los e a estabelecer as bases para a primeira *Conferência sobre o Meio Ambiente* que foi realizada em Estocolmo em 1972, onde os documentos acordados refletem as tensões do mundo bipolar, mas encontram um ponto comum das perspectivas dos vários problemas ambientais. Esta Conferência introduz mudanças nas políticas ambientais em alguns países e cria o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA), a partir do qual a Educação Ambiental inicia sua consolidação e expansão, focada na compreensão das questões ambientais voltadas para jovens e adultos (CARIDE; MEIRA, 2001 p, 152-153), e estabelece cinco de junho como Dia Mundial do Meio Ambiente e a fundação da Educação Ambiental no palco política global (ACHKAR; DOMÍNGUEZ; PESCE, 2007, p 11).

Sobre esse aspecto, Tozi e Guedes (2018) asseveram que:



[...] surge a necessidade de adotar práticas menos impactantes ao ambiente, tanto no que diz respeito às relações sociais, quanto às práticas de uso dos recursos naturais, nascendo assim a educação ambiental. A geografia enquanto ciência que nasce a partir da relação sociedade-natureza e possuindo olhar interdisciplinar engaja-se nas práticas ambientais, e de educação ambiental, através do ensino de geografia (TOZI; GUEDES, 2018, p. 197).

Portanto, a Educação Ambiental em suas origens foi concebida como uma educação voltada para problemas ecológicos, derivada principalmente das ações dos países industrializados. Práticas educativas voltadas à perspectiva conservacionista e reducionista, indicando uma separação entre Natureza e Sociedade (visão antropocêntrica); uma vez que se professava que todos os homens são responsáveis pela degradação do meio ambiente humano e a educação tem o objetivo de modificar comportamentos para a preservação do meio ambiente, evidenciando um Educação Ambiental ligado à concepção educativa do comportamentalismo (ACHKAR; DOMÍNGUEZ; PESCE, 2007, p 1-12).

CONCEPÇÃO ANTROPOCÊNTRICA

Com base nessa concepção antropocêntrica de Educação Ambiental, é que na *Conferência de Estocolmo*, surgiu o *Plano de Ação*, que insiste na formação de especialistas para facilitar o conhecimento da Educação Ambiental e, assim, estimular a participação das comunidades. Constitui um ensino técnico em busca da preservação do meio ambiente, porém, apesar dessa abordagem, esta declaração alude a "novos conceitos de soberania, a partir de um maior senso de responsabilidade de preservar e melhorar o meio ambiente humano; onde a educação é indispensável para melhor gerir os recursos que são o patrimônio comum de todas as nações" (CORTAZZO, 2021, p. 16).

Em 1975, a UNESCO e o PNUMA criaram o *Programa Internacional de Educação Ambiental*, (PIEA), com o objetivo de trocar ideias sobre Educação Ambiental, bem como a promoção e elaboração de currículos a partir de quadros institucionais e gerar base para o *Seminário de Belgrado* (1975) e a *Conferência Intergovernamental da Educação Ambiental em Tbilisi* (1977).

No *Seminário de Belgrado* (1975), considera-se que a Educação Ambiental é um processo multidisciplinar e contínuo, a distância entre os países e para



o interior deles e a crescente deterioração ecológica é reconhecida, apela-se, portanto, a uma nova ordem internacional que universalize uma ética mais humana e onde a Educação Ambiental seja fundamental para conscientizar a população sobre o Meio Ambiente e seus problemas. Propõe-se, uma Educação Ambiental baseada nas ciências naturais com uma abordagem positivista e, portanto, apoiada pela psicologia comportamental, a fim de conservar-preservar o meio ambiente (CARIDE; MEIRA, 2001, p.155-156).

No contexto da América Latina, o PNUMA e a UNESCO convocaram no México (1974) o seminário sobre modelos de uso de recursos naturais, meio ambiente e estratégias de desenvolvimento. Nele, surgem críticas ao modelo de desenvolvimento dominante e o problema ambiental é visto contemplando as dimensões socioeconômica, política e cultural que transcendem o problema ecológico.

Na Argentina (1974), a *Fundação Bariloche* publicou o documento *Modelo Mundial Latino-Americano*, onde foi afirmado que o principal problema para o desenvolvimento não responde à natureza física, mas a problemas socioeconômicos.

No Peru (1976), foi realizada a *Oficina de Educação Ambiental para o Ensino Médio*, com pouca representatividade devido ao contexto dos governos ditatoriais da época, apesar disso, nesta oficina a Educação Ambiental é apresentada como integradora e promotora de problemas naturais e sociais e que deve tender a uma ação educativa permanente nas comunidades (GONZÁLEZ GAUDIANO, 2001, p 145-147).

Na ordem internacional, a Conferência Intergovernamental da Educação Ambiental foi realizada em Tbilisi (1977), onde foi afirmado que o objetivo básico da Educação Ambiental é que as pessoas possam entender a complexidade do meio ambiente e a necessidade de as nações adaptarem suas atividades e continuarem seu desenvolvimento de tal forma que se harmonizem entre si. A Educação Ambiental deve adotar uma perspectiva holística na qual aspectos ecológicos, sociais e culturais sejam examinados, é intrinsecamente interdisciplinar de natureza" (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1977).

Essa declaração é a base para a promoção da Educação Ambiental e também para o surgimento de discursos que vão desde posições



conservacionistas com abordagem ecológica até discursos focados em modelos de cidadania e desenvolvimento; que começaram a se materializar na América Latina, a partir da década de 1980, devido a mudanças relacionadas às aberturas democráticas e que em questões ambientais estavam relacionadas a processos de discussão e organização sobre e em políticas ambientais.

CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA E SIMBÓLICA

Em seguida, ao longo da década dos anos 70 e 80, a construção ideológica e simbólica da categoria de Meio Ambiente foi feita a partir de um lugar comum: o modelo de desenvolvimento" (ACHKAR; DOMÍNGUEZ; PESCE, 2007, p. 12).

Posteriormente, foi realizado em Moscou (1987), o *Congresso de Educação e Formação em Meio Ambiente*, organizado pelo PNUMA e pela UNESCO, no qual é aprovado a realização de ações internacionais no campo da educação e capacitação ambiental para a década de 1990, a partir de três núcleos centrais: problemas ambientais, objetivos da Educação Ambiental e formação ambiental e os princípios e características da Educação Ambiental (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 165-166).

Nesse contexto, a Educação Ambiental foi concebida como um processo no qual indivíduos e comunidades se conscientizam sobre seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores e habilidades para resolver problemas ambientais (ACHKAR; DOMÍNGUEZ; PESCE, 2007, p 20).

A *Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento*, publicada em 1987, "*Nosso Futuro Comum*" ou também conhecida como *Relatório Brundtland*, onde o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* é usado pela primeira vez, que foi definido como desenvolvimento que atende às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades (CMMAD, 1987, p. 59, Capítulo 2). Essa definição implica o conceito de que as necessidades da população devem ser a prioridade e as limitações impostas pela capacidade do meio ambiente.

Esse conceito permeou a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro, (1992-Brasil), também foi chamada de *Cúpula da Terra*, na qual a análise das crises dos problemas



ecológicos e dos modelos de desenvolvimento são as principais espinhas dos discursos feitos nesta cúpula, mas não denunciam o modelo neoliberal como a raiz dos problemas ambientais e socioeconômicos.

Nesta cúpula, surgiram documentos como o *Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento* (Agenda 21), o *Programa de Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas*. A primeira delas, é a contribuição mais importante para a *Educação Ambiental na Cúpula do Rio*, onde se estabelece uma série de estratégias para enfrentar a crise ambiental e o desenvolvimento (TOZI; GUEDES, 2018, p. 197).

No contexto da América Latina, foi realizado no México o *Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental* (1992), onde foram fortalecidas iniciativas para incorporar a dimensão ambiental no currículo da educação básica; inúmeros programas acadêmicos foram criados para formar especialistas em temas ambientais e relacionados; foi iniciado o processo de organização e comunicação dos educadores ambientais por meio de redes; um número crescente de encontros nacionais e regionais sobre o tema (GONZÁLEZ GAUDIANO, 2001, p. 150), pode-se considerar que, desde esta década, a Educação Ambiental vem se consolidando no pensamento ambiental latino-americano, dando conta de diversos discursos, políticas educacionais com ênfase em Meio Ambiente e Educação Ambiental e políticas de gestão ambiental.

Desde a declaração da *Agenda 21 na Cúpula da Terra*, a UNESCO convocou a *Cúpula Mundial em Tessalônica* (GRÉCIA, 1997), a fim de renovar os fundamentos teóricos, metodológicos e técnicos da Educação Ambiental, para superar a visão conservacionista e ecológica, para uma Educação Ambiental para a sustentabilidade que inclui questões ambientais, pobreza, insegurança alimentar, democracia, direitos humanos, ou seja, analisando os problemas ambientais como produto de um modelo civilizacional (ACHKAR; DOMÍNGUEZ; PESCE, 2007, p 20-21).

ETAPAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No Uruguai, segundo Pesce (2019), a Educação Ambiental passou por três etapas desde o seu surgimento: um estágio embrionário (década de 1970), outro preservacionista (década de 1980) e um de politização e mobilização



cidadã (1990). O primeiro é caracterizado pelo contexto da ditadura cívico-militar, onde a elaboração de novos currículos inclui uma perspectiva conservacionista-reducionista, (antropocêntrica), baseada na dualidade da sociedade-natureza.

A segunda fase está ligada ao retorno dos processos democráticos, portanto há mudanças nos planos educacionais e, nestes, o Educação Ambiental visa preservar o meio ambiente, os recursos naturais e mitigar o impacto ambiental nos ecossistemas. A terceira fase, de politização e mobilização da Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável, decorre das consequências do modelo de desenvolvimento neoliberal, onde surgem vozes de diferentes áreas, como ONGs ambientais, a rede temática ambiental da Universidade da República, o RENEIA (formado pela ANEP-UdelaR- UTEC e Educação Não Formal (ONG, sociedade civil organizada e entidades governamentais), dentro desta Rede surge o PlaNEA (2014), onde a concepção da Educação Ambiental é promover o pensamento crítico e prospectivo para compreender os complexos processos naturais e sociais e suas interações dinâmicas que convergem em diversas realidades socioambientais.

A partir dessas três fases de desenvolvimento da Educação Ambiental em nosso país, pode-se deduzir que ela foi lentamente incorporada ao sistema educacional formal em todos os níveis. Em relação ao Ensino Médio, a incorporação de questões ambientais tem sido insignificante e está ligada, em especial, ao ensino das disciplinas Geografia e Biologia e no ensino superior é incorporada a partir de 1990, um exemplo disso foi o plano de formação de professores que agrega Geografia e Educação Ambiental.

No Plano de 2005, dos *Centros Regionais de Professores*, havia na especialidade Geografia um espaço chamado *Seminário de Planejamento Territorial e Meio Ambiente* e uma *Oficina de Extensão Curricular* denominada *Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*. Com o *Plano 2008*, a oficina foi eliminada e na faculdade de Geografia, pois o paradigma ambiental foi incluído como eixo transversal (TOZI; GUEDES, 2018, p. 197).

Portanto, A partir desses espaços discursivos, a Educação Ambiental da última década do século XX e a primeira do século XXI, foi inscrita em um processo de análise crítica das realidades ambientais, sociais e educacionais inter-relacionadas" (SAUVÉ, 1999, p. 6).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conscientizar todos os setores da sociedade é parte necessária para que se alcance o sucesso concernentes ao desenvolvimento sustentável, uma vez que expressa diretamente ações que devem ser tomadas por todos, individual e coletivamente, com consumo consciente, nos níveis governamentais, com a elaboração de leis que obriguem as empresas industriais e o setor de serviço a se pautarem por normas legais que reduzissem os impactos ambientais, além do que, se responsabilizem pela compensação de quaisquer impactos causados no meio ambiente.

Contudo, se faz necessário desenvolver iniciativas em prol da manutenção e do equilíbrio ambiental, principalmente quando faz uma análise dos padrões de consumo atualmente, ressalta-se que tais iniciativas têm que buscar incluir todos nessa tomada de decisão, como forma de obter resultados que sejam equilibrados, justos e sustentáveis.

Em suma, ressalta-se que toda e qualquer atividade que almejam a qualidade ambiental, seja ela através de ações ou atitudes conscientes, somente serão de fato concretizadas quando o bem-estar social se sobrepor aos interesses políticos, uma vez que as políticas de implementação de ações que promovam um ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida, está previsto no Art. 225 da Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHKAR, DOMÍNGUEZ, PESCE. Educación Ambiental. Una demanda del mundo hoy. El Tomate Verde Ediciones/Redes Amigos de la Tierra, Montevideo, 2007.

CARIDE, A.; MEIRA, P. **Educación Ambiental y desarrollo humano**. Editorial Ariel. Barcelona. España, 2001.

CORTAZZO, R. **La incorporación de la temática ambiental para el desarrollo humano sustentable en la Enseñanza Media Superior uruguaya**. Tesis Maestría en Educación, Sociedad y Política. FLACSO. Uruguay, 2021.



GONZÁLEZ GAUDIANO. **Otra lectura a la historia de la educación ambiental en América Latina y el Caribe En Desarrollo e Meio Ambiente**, n. 3, p. 141-158, jan. /jun. 2001. Editora da UFPR, 2001.

MEIRA, Pablo. Crisis ambiental y globalización. Una lectura para educadores ambientales en un mundo insostenible. **En Trayectorias AÑO VIII**, NÚM. 20-21 Enero-Agosto 2006.

PESCE, Fernando. **La Educación Ambiental en Uruguay**: Antecedentes y perspectivas En Macedo, B y otros (editores). Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias en Debate. Volumen 4 (p. 491-495). CFE- Universidad de Alcalá. Montevideo, 2019.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. In: Educação e Pesquisa. vol.31, no.2, São Paulo, May/Aug. 2005. * Traduzido do original L'éducation relative à l'environnement: possibilités et contraintes, Connexion (**Revista de Educação Científica, Tecnológica e Ambiental da UNESCO**), v. XXVII, n. 1-2, p. 1-4, Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, 2002.

STEINER-KHAMSI, G. **Transferir la educación y desplazar las reformas**. Barcelona, Pomares, 2000.

TOZI, S. C.; Guedes, M. P. GEOGRAFIA, ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PENSANDO RELAÇÕES **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial 2017. pp.196-212, 2017.